



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ – REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E À DISTÂNCIA
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA SOUSA

EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA E ADAPTADA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

MONTEIRO /PB

2018

MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA SOUSA

EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA E ADAPTADA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Artigo de revisão bibliográfica apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação Física – PARFOR/CAPES/UEPB, da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Educação Física.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Regimênia Maria Braga de Carvalho

S719e Sousa, Maria da Conceição daSilva.
Educação física inclusiva e adaptada [manuscrito] : revisão bibliográfica / Maria da Conceicao da Silva Sousa. - 2018.
25 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Educação Física) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Monteiro, 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Regimênia Maria Braga de Carvalho, Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física - CCBS."

1. Educação Inclusiva. 2. Educação física adaptada. 3. Aluno com deficiência. 4. Educação especial.

21. ed. CDD 796.0456

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

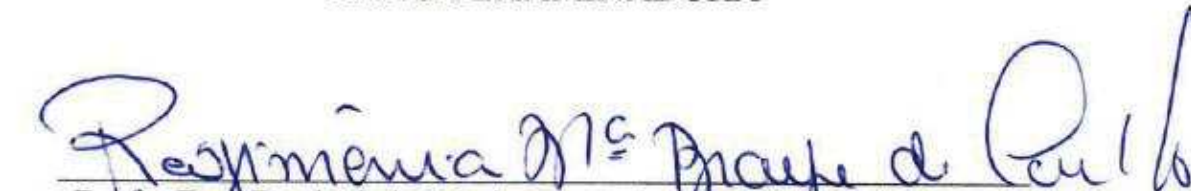
MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA SOUSA

EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA E ADAPTADA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

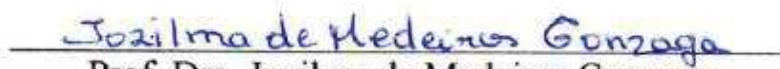
Artigo de revisão bibliográfica apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação Física – PARFOR/CAPES/UEPB, da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Educação Física.

Aprovada em: 27/04/2018.

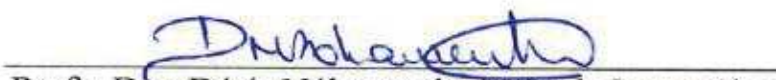
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Regimênia Maria Braga de Carvalho (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Jozilma de Medeiros Gonzaga
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Dóris Nóbrega de Andrade Laurentino
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

A Deus, que está sempre comigo em todos os momentos e sabe dos meus sonhos e projetos, onde sempre me deu forças para buscar superar os obstáculos e desafios no decorrer deste curso;

Aos meus pais, que de uma maneira ou de outra sempre me ajudaram ,me apoiaram em vários momentos, incentivando-me quando preciso, agradeço pelo amor, apoio e dedicação em minha educação desde minha infância à formação intelectual;

A minha família, ao meu esposo Adilson que sempre esteve presente em minha caminhada pedagógica, sempre me apoiando e ajudando em casa, muitas vezes até afazeres domésticos,e cuidando de nossos filhos com muito carinho e atenção. Agradeço a Deus todos os dias por Ele ter colocado você em minha vida;

Aos meus 4 filhos: Leonardo, Davi,Ana Júlia,Maria Clara, que são os responsáveis por me darem estímulos de sempre prosseguir e nunca desistir dos meus sonhos são os meus tesouros;

Aos meus irmãos, que também fazem parte dessa conquista, que os amo muito e são uma bênção em minha vida;

Aos professores e a todos que contribuíram para o aperfeiçoamento que obtive na Universidade durante todo esse período que passamos juntos. Aos colegas de turma .E todos que fazem o departamento de Educação Física, especialmente à prof^a Regiménia que durante os momentos de orientação me acolheu com sabedoria, dedicação e paciência e sempre preocupada conosco.

Aos profissionaisda área pedagógica que me proporcionaram crescimento pessoal e profissional me disponibilizando as informações necessárias;

Enfim, todos os que contribuíram direta e indiretamente para construção e finalização deste trabalho de conclusão do curso.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que de uma forma ou de outra, contribuíram para sua concretização, e a todos aqueles que ainda acreditam na educação deste país. Em especial à minha amada mãe, que também é professora, por ter me ensinado e influenciado e me instruído no meio pedagógico.

RESUMO

A abordagem do tema tratado, foi baseado principalmente nos estudos de autores renomados tendo como finalidade expor conceitos sobre Educação Física Inclusiva e Adaptada .O presente artigo a partir de uma pesquisa bibliográfica mostra de forma argumentativa, tem como objetivo mostrar, na perspectiva da Educação Física Adaptada, mas como também a análise das expectativas dos alunos no processo de inclusão no que diz respeito as atividades de Educação Física. No entanto, esse tema tão discutido,mas sempre deixado a desejar por falta de políticas Públicas e conscientização da sociedade que é também responsável deixando de ter sua importância na escola, devido a necessidade da qualificação de professores profissionais para o atendimento de alunos com deficiência, a procura de adaptações tanto estruturais como também pedagógicas para que ambos com deficiência possam ter acesso e a permanência na escola. A metodologia utilizada teve como base a literatura apoiada de autores que abordam esse assunto em questão. Concluiu-se que há adaptações na perspectiva da Educação Física Escolar Inclusiva, que contribui na formação da criança, sendo utilizado como fonte de ensino e que até os dias atuais podemos verificar que pode ser usado na aprendizagem, assim como, para um melhor desenvolvimento em todos os aspectos da criança. Existe a pretensão em "abrir os olhos" da sociedade para uma pedagogia, centralizada nas necessidades de cada aluno, permitir aos professores reverem a sua própria formação, as referenciais teóricos metodológicos os incentivando no enfrentamento da diversidade social e das diferenças de seus alunos,a buscar uma formação continuada para atender os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE's) .

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Ed.Adaptada; Escola.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
A História da Educação Física Adaptada.....	13
Educação, Diferença e Educação física.....	15
Tipos de necessidades especiais	15
Leis que asseguram o direito a educação especial	16
Educação Inclusiva: dever e obrigação da escola	17
A Educação Física Adaptada.....	18
Formação Profissional.....	20
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
4. REFERÊNCIAS.....	23

1 INTRODUÇÃO

Historicamente se vê que as pessoas com deficiências motoras sofrem preconceitos, e consequentemente são excluídas socialmente seja na escola, em suas vidas sociais ou no mercado de trabalho. E, a mudança deste quadro só ocorrerá a partir do momento em que houver implantação de políticas públicas, bem como uma conscientização pela sociedade. A sociedade deverá ser educada a olhar para as pessoas com deficiência como potenciais trabalhadores, ou simplesmente como pessoas, que podem exercer sua cidadania e ter uma vida social.

A partir do momento em que a pessoa com deficiência começa a ser mais autônomo, sua autoestima melhora, seu desenvolvimento cognitivo amplia. A inclusão inicia com ações simples, como o ato de ir e vir, trabalhar ou estudar. Desde a Revolução Francesa vemos ideais sociais que visam uma sociedade justa, solidária e livre, mas apenas nos últimos anos é que temos visto iniciativas por parte do governo, que se reflete em ações de melhoria para a vida da pessoa com deficiência, seja no meio social, com políticas de acessibilidade – mesmo que ainda precária, na escola ou no mercado de trabalho.

A responsabilidade, no entanto, não se limita às ações do Estado. Como dito anteriormente, o processo de inclusão é algo social, e todos nós somos, do mesmo modo, responsáveis pela verdadeira inclusão destas pessoas. Mas, indubitavelmente, o ato da inclusão, e, sua efetividade é bastante dificultosa e pode ser demorado, já que não envolve apenas políticas estatais, e exige mudanças tanto nas escolas, como na sociedade em geral havendo uma campanha de concientização onde as pessoas deverão ser educadas a respeitar e a olhar de forma não preconceituosa e sim “inclusiva”. Observa-se por parte do governo iniciativas para mudanças nesses quadros, com incentivos à educação inclusiva, leis que exigem a acessibilidade, sejam em ambientes públicos ou privados, e também leis de cotas que reservam a pessoa deficiente direito de ingressar no mercado de trabalho.

As vagas aos portadores de necessidades especiais, muitas vezes, não são preenchidas, portanto, em alguns casos há a iniciativa do governante, ou empregador, mas a pessoa com necessidade não vai à procura do trabalho, assim sendo, o processo da inclusão é algo em conjunto. O estudo também tem o intuito de proporcionar uma reflexão sobre a educação física inclusiva e adaptada da criança como parte integrante e indispensável ao processo educativo,

promovendo um desenvolvimento psicomotor satisfatório e ao mesmo tempo uma evolução psicossocial.

Altet et al (2001) afirmam que o papel do professor deve evoluir para responder aos desafios sem precedentes da transformação necessária do sistema educacional. A educação física tem como objetivo auxiliar no desenvolvimento do indivíduo como um todo, trabalhando seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais e isso nos leva a considerar que a educação física se mostra com um papel fundamental para o auxílio da inclusão como um todo, não só nas aulas, mas também na sociedade. Para alcançar todos os alunos é interessante que as diferenças existentes entre os alunos sejam consideradas sem que sejam evidenciadas nas suas desigualdades. As diferenças existem e não devem ser negadas e sim compreendidas e respeitadas, considerando que cada indivíduo é diferente entre si e que as suas diferenças não devem ser exaltadas e sim resgatar as potencialidades de cada um como indivíduo e como um integrante do grupo. A partir das características da Educação Física, nota-se que mesmo com a intenção de se trabalhar o desenvolvimento biopsicossocial de cada indivíduo, e sabendo-se que a educação física tem fundamentado o princípio da individualidade biológica, sabendo-se que se deve respeitar as diferentes características e limites de cada indivíduo, ainda há um grande receio por parte dos profissionais para atuar na área de educação física adaptada. Assim, essa revisão bibliográfica analisou a atuação dos professores de educação física escolar inclusiva e as expectativas dos alunos no processo de inclusão no que diz respeito às atividades de Educação Física.

Segundo Gil (2006) p.4 “Simplificadamente, pesquisa pode ser definida como procedimento racional, estruturado e sistêmico para investigar problemas científicos e tecnológicos determinados e objetivos”. Ou seja, ele considera que a pesquisa bibliográfica tem como objetivo fundamental “descobrir respostas para problemas, mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Enquanto aos procedimentos de investigação, foi realizada na presente revisão, um artigo de revisão bibliográfica, desenvolvida com base em informações teóricas, através do estudo exploratório, extraído de materiais publicados em livros, revistas, artigos, internet e outras publicações sobre o assunto, visando dar suporte teórico para este trabalho.

No desenvolvimento deste trabalho, utilizaram-se estratégias que possibilitam a realização da pesquisa caracterizada como descritiva, que visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vista a torná-lo explícito através da citação de vários

autores ,baseada principalmente nos estudos de autores renomados como GORGATTI; COSTA (2005), esclarecem que: À medida que os programas de Educação Física Adaptada assumiam uma identidade essencialmente educativa/pedagógica, outras denominações surgiram, como Educação Física Desenvolvimentista, Ginástica Escolar Especial, Educação Física Modificada, Educação Física Especial e Educação Física Adaptada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A História da Educação Física Adaptada

Historicamente, a origem da participação de pessoas com deficiência que apresentam diferentes e peculiares condições para a prática das atividades físicas ocorreu em programas denominados de ginástica médica, na China, cerca de 3 mil anos a.C (GORGATTI; COSTA, 2005). Mas, foi a Primeira Guerra Mundial que exerceu fator essencial no uso de exercícios terapêuticos e atividades recreativas que auxiliavam na restauração da função (ADAMS, 1985).

Já, no final do século XIX até a década de 1930, de acordo com Mazzotta (2003), os programas de atividade física começaram a passar de treinamento físico com orientação médica para Educação Física (EF) voltada ao esporte, e surgiu a preocupação com a criança como um todo.

Após a Segunda Guerra Mundial, aumentou o uso de exercícios terapêuticos em hospitais para a força e função muscular. Centros de convalescença (recuperação que se segue a doença, operação, traumatismo, etc) e reabilitação foram criados. Jogos e esportes adaptados para amputados, paraplégicos e outros com deficiências maiores tornaram-se populares, (ADAMS, 1985).

Portanto, as atividades físicas para pessoas com deficiência iniciaram com o intuito de reabilitar jovens lesionados nas batalhas e foram introduzidas pelo médico (neurologista e neurocirurgião) Ludwig Guttmann, que acreditava ser parte essencial do tratamento médico para recuperação das incapacidades e integração social. A partir de então, vem se difundindo pelo mundo todo e exerce papel fundamental na vida dos praticantes, (ADAMS, 1985; ROSADAS, 1989; WINNICK, 2004).

Winnick relata, de forma sucinta, a Educação Física Adaptada :

A indicação para a Educação Física se baseava em um exame completo realizado por um médico que determinava se o estudante devia participar do programa normal ou do corretivo. As aulas corretivas consistiam basicamente de atividades limitadas, restritas ou

modificadas, relacionadas a problemas de saúde, postura ou aptidão física. (apud WINNICK, 2004, p. 12-13).

Em 1952, segundo a American Association for Health, Physical Education and Recreation (Associação Americana de Saúde, EF e Recreação) constituiu um comitê para definir a subdisciplina e ditar orientações e diretrizes para os profissionais. Esse comitê definiu a Educação Física Adaptada como um programa diversificado de atividades desenvolvimentistas, jogos, esportes e ritmos, adaptado aos interesses, às capacidades e limitações dos alunos portadores de deficiência que não podem participar com sucesso e segurança das rigorosas atividades do programa geral de Educação Física (Committee on Adapted Physical Education, 1952, WINNICK, 2004, p. 10).

A definição mostrava a crescente diversidade da EF e, especificamente, incluía as pessoas com deficiência, no que se constituiu a chamada EF Adaptada.

Da ginástica médica à primeira concepção mais clara e consistente de EF adaptada, adotada na década de 1950, muitos programas foram desenvolvidos com os mais diversos nomes, como EF Corretiva ou Ginástica Corretiva, EF Preventiva, EF Ortopédica, EF Reabilitativa e EF Terapêutica, (GORGATTI; COSTA, 2005).

Mudanças de nomenclatura refletem a constante preocupação de profissionais e pesquisadores em atribuir uma identidade atualizada e devidamente contextualizada à EF Adaptada.

Seaman e De Pauw (apud Gorgatti e Costa, 2005, p.03), esclarecem que à medida que os programas de Educação Física Adaptada assumiam uma identidade essencialmente educativa/pedagógica, outras denominações surgiram, como Educação Física Desenvolvimentista, Ginástica Escolar Especial, Educação Física Modificada, Educação Física Especial e Educação Física Adaptada.

É enxergada os caminhos trilhados pela Educação Física, no sentido de uma forma ou de outra, oferecer atividades físicas a quem era possuidor de algum tipo de deficiência, todavia nada era criado com vista a igualdade de direitos acrescido ao respeito e a dignidade do “ser”, bem como suas habilidades e competências imbuídas pelo fato de ser deficiente.

A diferença básica entre EF Especial e EF Adaptada, para Seaman e De Pauw (apud Gorgatti e Costa, 2005), está relacionada à constituição dos grupos, em virtude das limitações, onde os estudantes com deficiência não poderiam se engajar de modo irrestrito, de forma segura e com sucesso, em atividades vigorosas de um programa de EF. Exigia-se, portanto, que houvesse mudanças ou ajustes de metas, objetivos ou instruções.

Portanto, cabe a nós esclarecermos o que é EF Adaptada e quais são os seus objetivos.

É compreendido, sentido e visto, nos dias de hoje que muito ainda deve ser construído e vivenciado, porém a interiorização do fato que o ser humano é possuidor de qualquer tipo de deficiência foi concebido e enxergado com clareza responsabilidade e dever de “todos”, no sentido de oportunizar de forma prazerosa um convívio de igualdade de “oportunidades” e possibilidades construído com a inclusão escolar dos mesmos ao universo que antes não lhes pertencia.

2.2 Educação, Diferença e Educação física

O respeito pela pessoa diferente do padrão considerado normal na sociedade tem sido amplamente discutido, principalmente no Brasil, tendo em vista ser um exercício da democratização preconizada pelas leis brasileiras. Acrescentando que, a educação é direito adquirido da criança brasileira independente de sua condição social, física ou mental.

A proposta da inclusão escolar vem sendo estimulada em diversas escolas do Brasil envolvendo desde a Educação Infantil até a Educação Superior.

É importante observar também que a educação inclusiva depende não só da capacidade do sistema escolar (diretor, professor, pais e outros), como também do desejo de esforçar-se que nenhum aluno seja excluído com base em alguma necessidade educacional especial.

O respeito à diferença é o principal atributo que abre os olhos da sociedade para uma pedagogia, centralizada nas necessidades de cada aluno, que visualize as diferenças como elementos enriquecedores das relações no interior da escola e favorecedores de experiências positivas, que possibilitem à criança deixar de ser autora solitária de seus insucessos escolares (MANTOAN, 2003).

2.3 Tipos de deficiências

Percebemos que ao longo da história, existem grandes variações nos critérios qualitativos (tipo de características) e quantitativos (grau de diferença) que definem um indivíduo como excepcional; como alguém que se distancia dos padrões de normalidade a ponto de requerer ou justificar cuidados especiais. No território brasileiro, segundo as definições oficialmente vigentes, a excepcionalidade incluiria os deficientes visuais

(cegos/parcialmente cegos), da audição (surdos/parcialmente surdos), os deficientes físicos (não sensoriais), os da época deficiente mental, hoje intelectual educáveis/treináveis, dependentes), os com deficiências de conduta e os superdotados, estes são os indivíduos que requerem considerações especiais no lar, na escola e na sociedade (FERREIRA, 1995).

Quando se ouve falar em inclusão social na escola, não se deve pensar somente a inclusão de alunos com necessidades especiais, mas sim, um pensamento voltado para uma sociedade inclusiva, abrangendo todo e qualquer cidadão, seja o deficiente físico, o auditivo, mental, o pobre, o índio, o negro, e também os que possuem diferenças culturais, sociais, econômicas (BARBOSA, 2003).

2.4 Leis que asseguram o direito a educação especial

Da segregação, exclusão e inclusão do deficiente no ensino, foram muitos os movimentos em prol desse direito. Porém, vemos que o início deste processo se deu com a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948. Mas vale acrescentar que foi a partir da Declaração de Salamanca, na qual foram preconizadas as Diretrizes da Educação para Todos, que tomaram força as discussões acerca da Escola Inclusiva.

Barbosa (2003) diz que desde a Declaração de Cuenca (1981), recomenda-se que haja a eliminação de quaisquer barreiras físicas e atitudinais com relação às pessoas com necessidades especiais (PNEE). Da mesma forma a Declaração de Sunderberg (1981) determina aos governos que todos os projetos de urbanismo, meio ambiente e assentamentos urbanos deverão ser concebidos com vistas a facilitar a integração e participação das pessoas deficientes em todas as atividades da comunidade, em especial as de educação e cultura.

As ações que ocorrem em cada momento histórico se refletem nos processos educacionais e, por isso, uma escola inclusiva será o reflexo de uma sociedade inclusiva. Cuidar, integrar, reconhecer relacionar-se com pessoas com necessidades especiais era tarefa restrita à família ou às instituições dedicadas ao problema, mas agora esse papel é também das escolas.

Segundo Freitas (1996) as estatísticas educacionais do Governo Federal revelam que houve uma conscientização das pessoas, pois aumentou o número de matrículas de alunos especiais no ensino regular, demonstrando que a inclusão faz parte de um grande movimento pela melhoria do ensino e da qualidade de vida. Uma educação inclusiva terá uma influência sobre a sociedade, transformando-se em uma sociedade voltada para todos. Os governos de

muitos países têm criado Leis que tratam da inclusão de alunos com necessidades especiais na rede pública regular de ensino e leva a compreensão de que se deve pronunciar a junção entre a educação inclusiva da educação de forma completa, pois, é sabido que todos têm direito a educação de qualidade, e quando este direito é garantido por lei fica mais fácil de articular à temática educativa.

No Brasil em especial temos a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20-12-1996, que trata, especificamente, no Capítulo V, da Educação Especial. Define-a por modalidade de educação escolar e deve ser preferencialmente oferecida na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1996).

A LDB/96 trouxe esperança e alento aos alunos que necessitam de atendimento especial de aprendizagem escolar, e define como responsável pelo ensino do deficiente o poder público, que fica na função de organizar escolas que possam oferecer matrícula, material pedagógico, acessibilidade e professores qualificados para atender os alunos, bem como oferecer apoio e assistência necessária que se fizer necessária.

2.5 Educação Inclusiva: dever e obrigação da escola

A educação das pessoas com necessidades educacionais especiais permite aos professores reverem a sua própria formação, as suas referenciais teóricas metodológicas, os incentivando, face ao enfrentamento da diversidade social e das diferenças de seus alunos, a buscar uma formação continuada e, acima de tudo, uma transformação da cultura pedagógica (FREITAS, 1996).

Existem escolas que não estão atendendo os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE's) e se justificam pela faltade preparo dos seus professores.

Para que ocorra a inclusão segundo Kauchakje (2000, p. 207) o processo envolve “[...] lutas sociais, mudança de mentalidades e valores, inscrição em leis e legislação social e finalmente, planejamento e implementação de políticas públicas”. Quanto à capacitação docente, é importante observar que os mesmos têm direito a capacitação profissional, uma vez que com a inclusão estarão recebendo alunos com várias necessidades específicas como a Paralisia Cerebral, Distúrbios Abrangentes de Desenvolvimento e Deficiência Mental (hoje intelectual), surdez, cegueira, entre outros (LIMA, 2006).

A inclusão social dos alunos com necessidades especiais em escolas regulares é um direito que esses alunos possuem, e é responsabilidade e dever do governo cumprir essa lei (LDB, 9394/96). Assim, a escola ocupa um lugar de destaque nesta caminhada rumo à educação inclusiva, quando todos procuram de forma integrada promover uma educação de qualidade a toda clientela que ocupa seu espaço educativo. De acordo com a lei as escolas têm por seu dever e por direito dos cidadãos, receber e preparar todas as crianças e adolescentes independentemente das características de cada um.

Articular as temáticas educação e inclusão torna-se uma tarefa necessária, quando a sociedade e o sistema escolar buscam meios de garantir a Todos, o cumprimento dos seus direitos e deveres previstos constitucionalmente, dentre estes, a almejada educação de qualidade. Sob esse prisma, a reflexão acerca da prática educativa é imprescindível, face aos desafios com os quais convivemos na educação brasileira, diante da necessidade da escola buscar atender as necessidades educacionais especiais de seus alunos (FREITAS, 1996.)

A escola deve vencer as barreiras que impedem os alunos especiais a frequentarem as aulas, proporcionando acesso para todos com eliminação de barreiras arquitetônicas adaptando os banheiros, construindo rampas de acesso, e as barreiras atitudinais mostrando que o aluno com deficiência tem possibilidade de aprendizagem, podem vencer suas limitações enfim, adequando o currículo, capacitando os docentes para atuarem de forma satisfatória em todo processo, faz-se necessário também mudar o modelo de educação, mudando a forma de encarar o mundo, transformando o olhar dos limites impostos em olhar de conquistas e possibilidades de sucessos (FERREIRA 1995). Assim o caminho seguro seria promover um fazer pedagógico pautado em diálogos reflexivos de cunho a conscientizar a todos a respeito ao respeito à diversidade e da condição própria da deficiência acrescido a prática de atividades corporais a fim de facilitar e oportunizar este universo a uma inclusão escolar.

2.6 A Educação Física Adaptada

Conceitos e Noções da Educação física Adaptado

A Educação Física (EF) tem um papel importante no desenvolvimento global dos alunos, principalmente daqueles com deficiência, tanto no desenvolvimento motor quanto nos desenvolvimentos intelectual, social e afetivo.

Quando se trata da EF Adaptada, pensamos em uma área de conhecimento que discute os problemas biopsicossociais da população considerada com limitações motoras: portadores de deficiência física, deficiências sensoriais (visual e auditiva), deficiência intelectual e deficiências múltiplas.

Ela procura tratar do aluno sem que haja desigualdades, tornando a auto-estima e a autoconfiança mais elevada através da possibilidade de execução das atividades, conseqüentemente da inclusão.

As atividades proporcionadas pela EF Adaptada devem oferecer atendimento especializado aos alunos com necessidades especiais, respeitando as diferenças individuais, visando proporcionar o desenvolvimento global dessas pessoas, tornando possível não só o reconhecimento de suas potencialidades, como também, sua integração na sociedade, (DUARTE; LIMA 2003).

Em relação a conceito, a EF Adaptada (EFA), de acordo com Rosadas (1994, p. 05), “é a Educação Física aplicada em condições especiais, visando uma população especial que necessita de estímulos especiais de desenvolvimento motor e funcional”.

Para Barbanti (1994, apud DUARTE; LIMA, 2003, p. 92), a Educação Física Adaptada também pode ser conceituada como a Educação que envolve modificações ou ajustamentos das atividades tradicionais da Educação Física para permitir às crianças com deficiências participar com segurança de acordo com suas capacidades funcionais.

A EF Adaptada tem sido valorizada e enfatizada como uma das condições para o desenvolvimento motor, intelectual, social e afetivo das pessoas, sendo considerada, de uma maneira geral, como: atividades adaptadas às capacidades de cada um, respeitando suas diferenças e limitações, proporcionando as pessoas com deficiência a melhora do desenvolvimento global, conseqüentemente, da qualidade de vida.

A EF Adaptada é uma parte de EF, cujos objetivos são o estudo e a intervenção profissional no universo das pessoas que apresentam diferentes e peculiares condições para a prática das atividades físicas. Seu foco é o desenvolvimento da cultura corporal de movimento. Atividades como ginástica, dança, jogos e esportes, conteúdos de qualquer programa de atividade física, devem ser considerados tendo em vista o potencial de desenvolvimento pessoal e não a deficiência em si, (GORGATTI; COSTA, 2005).

Gorla (1997), cita que a EF Adaptada tem como objetivo, um programa constituído de diversas atividades, que visam atingir determinados objetivos de acordo com a idade

cronológica e o grau de desenvolvimento dos indivíduos, visando uma melhoria no rendimento motor, crescimento e saúde.

Assim, a prática da EF é “um direito de todos, e seus programas devem dar prioridade aos grupos menos favorecidos da sociedade”, (ROSADAS, 1994, p. 06).

2.7 Formação Profissional

A formação de um profissional de educação física tem um papel fundamental para a sua atuação com o desenvolvimento do processo de aprendizagem de seus alunos. Pode-se dizer que a formação profissional primeiramente “cabe a universidade, que tem como função criar recursos humanos para o desenvolvimento das atividades profissionais” (PELLEGRINI, 1988, p.250). Sabe-se que a aquisição de um conhecimento na educação física tem que ser um conhecimento científico e prático que deve se basear nas três dimensões, atitudinal, conceitual e procedimental, o que auxiliará na formação de um profissional reflexivo. “O professor reflexivo é aquele que é capaz de analisar as suas próprias práticas, de resolver problemas, de inventar estratégias, apoiando-se em na contribuição dos praticantes e dos pesquisadores” (ALTET et al, 2001, p.26). Altet et al (2001) afirmam que o papel do professor deve evoluir para responder aos desafios sem precedentes da transformação necessária do sistema educacional. E é a mudança de caracterização em relação à construção do plano de ensino ao curso de educação que poderá possibilitar essa evolução na atuação profissional.

Podemos pensar que uma formação acadêmica necessita não apenas do saber científico, afinal estamos falando de educação corporal, movimento, e não podemos deixar de citar que o conhecimento prático é fundamental para uma boa formação acadêmica. Isso não significa que o professor não precisa de teoria. “O que os professores não querem é uma teoria que só fala de outras teorias. O problema é saber se a teoria dos pesquisadores está falando outras coisas que fazem sentido fora da teoria” (CHARLOT, 2002, p. 95). Uma professora recém-formada, a não ser pelas suas experiências extracurriculares e por ter um diploma, pode ser considerada, tão inexperiente quanto um acadêmico. É essa falta de saberes estratégicos que fazem com que se pense na formação acadêmica.

Assim, Carbonneau e Héteu (2001, p.72) de acordo com as suas experiências tendem a demonstrar[...] que no aprendiz de professor, não é tanto a ausência de esquemas de ação que explicaria a dificuldade, mas os limites daqueles disponíveis, pela estreiteza do campo de compreensão de passar de um esquema a outro ou de selecionar o esquema apropriado. As

universidades normalmente em seu currículo, não trabalham criando situações “problemas” para estimular a criação de conhecimento, ou estratégias para resolver essas situações. Normalmente as soluções são dadas maquiadas como se fossem sugestões. Embora de maneira não muito clara acredita-se que os professores devem possuir saberes que, tanto para Altet et al (2001) como para Tardif (2003), devem ser compostas de conhecimentos, competências, habilidades e posturas. Assim, esses saberes devem ser aprendidos na universidade.

Cabe questionar se essa responsabilidade está sendo aplicada. As universidades estão mesmo interessadas em formar professores profissionais, capacitados a atuarem independentemente das circunstâncias problematizada do cotidiano educacional, ou estão apenas preocupadas em enviar para o mercado de trabalho diplomados que, como foi dito por Tardif (2003), protegidos por um território profissional, possam atuar sem conhecimento fidedigno em uma profissão regulamentada. Ainda por Tardif (2003, p 248), “embora os conhecimentos profissionais possam ser baseados em disciplinas científicas, são modelados e voltados para a solução de problemáticas concretas”. Com esta afirmação entramos na seguinte questão que é saber se com o conhecimento adquirido durante a formação acadêmica os professores estão capacitados para resolver esses problemas concretos?

A Educação Física Adaptada surge oficialmente nos cursos de graduação, por meio da resolução 03/87 do Conselho Federal de Educação a partir da resolução nº 03/87 início da década de 1990” (PEDRINELLI e VERENGUER, 2004, p. 14). Assim, vemos que é de certa forma uma disciplina recente e essa é uma das razões pelas quais muitos professores de educação física, hoje atuando nas escolas, não receberam em sua formação conteúdos e /ou assuntos pertinentes à Educação Física Adaptada (AGUIAR e DUARTE, 2005).

A educação física tem como objetivo auxiliar no desenvolvimento do indivíduo como um todo, trabalhando seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais e isso nos leva considerar que a educação física se mostra com um papel fundamental para o auxílio da inclusão como um todo, não só nas aulas, mas também na sociedade. Para alcançar todos os alunos é interessante que as diferenças existentes entre os alunos sejam consideradas sem que sejam evidenciadas nas suas desigualdades. As diferenças existem e não devem ser negadas e sim compreendidas e respeitadas, considerando que cada indivíduo é diferente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão bibliográfica enfatizou a importância da Educação Física Inclusiva e Adaptada, que é direito da pessoa com deficiência serem trabalhados desde os primeiros anos de vida de uma criança. Observa-se ainda a importância de conscientizar os profissionais da educação física, pois eles precisam incentivar e propor atividades que instiguem sempre o movimento corporal no processo de aprendizagem, dando capacidade aos educandos, assim como, trazendo a proposta de refletir sobre o assunto, tendo em vista que a construção do saber a partir do trabalho com o lúdico e adaptações transporta a criança enquanto participa da atividade, a elaborar metas, perceber e explorar diferentes estímulos, antecipando resultados, levantando hipóteses e formulando estratégias buscando possíveis soluções para os problemas. Os elementos chave no desenvolvimento da criança, há evidências que esses dois fatores a educação inclusiva e adaptada estão interligados, sendo ambos indispensáveis. Portanto, este estudo busca dialogar com todos que participam direta ou indiretamente da educação de crianças.

Autores citados no referencial teórico, trazem a tona a influência da Educação Inclusiva e Adaptada no desenvolvimento da criança, assim como, acredita-se que para os educadores, é um meio que possibilita às suas aulas tornarem-se mais dinâmicas e prazerosas, fazendo com que a outra parte envolvida que é a criança, aprenda através das atividades, a se relacionar com o meio social na qual está inserida.

ABSTRACT

The approach of the treated theme was based mainly on the studies of renowned authors with the purpose of exposing concepts about Inclusive and Adpatada Physical Education. The present article, based on a bibliographical research shows in an argumentative way, aims to show, from the perspective of Adapted Physical Education, but also the analysis of students' expectations in the inclusion process regarding Physical Education activities. However, this theme is so much discussed, but always left to be desired due to the lack of public policies and the awareness of society that is also responsible for not having its importance in school due to the need to qualify professional teachers to care for students with disabilities, the search for both structural and pedagogical adaptations so that both with disabilities can have access and stay in school. The methodology used was based on the literature supported by authors who approach this subject in question. It was concluded that there are adaptations in the perspective of Inclusive School Physical Education, which contributes to the formation of the child, being used as a teaching source and that until the present day we can verify that it can be used in learning, as well as for a better development in all aspects of the child. There is a desire to "open the eyes" of society to a pedagogy, centered on the needs of each student, to allow teachers to review their own formation, theoretical methodological references and encourage them in the face of social diversity and the differences of their students, to pursue continuing education to attend students with Special Educational Needs (ANEE's).

Keywords: Inclusive Education; Ed.Adaptada; School.

4 REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Sarapião de; DUARTE, Édson. Educação Inclusiva: um estudo na área de educação física. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília: Editora da Unesp; v.11 n.2, maio/ago. 2005

ADAMS, R; DANIEL, A; Mc CUBBIN, J. Jogos, Esportes e Exercícios para o Deficiente Físico. Trad. de Ângela Marx. 3.ed. São Paulo: Manole, 1985.

ALTET, Marguerite; CHARLIER, Évelyne; PAQUAY, Léopold; PERRENOUD, Philippe. Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?. Trad. Fatima Murad e Eunice Gruman. 2.ed. Porto Alegre: Artimed editora, 2001.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação, 2001, p.7 .Trechos do Parecer, número 17.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BARBOSA, Marcelo Mello. O acesso ao ensino como mecanismo de inclusão social: O caso das Faculdades integradas da Associação Educativa Evangélica em Anápolis .Dissertação de Mestrado. Universidade de La Habana Cuba, 2003.

CARBONNEAU, Michel; HÉTEU, Jean Claude. Formação Prática dos Professores e nascimento de uma influência profissional.

CHARLOT, Formação de professores: a pesquisa e a política educacional. In: Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002

COSTA, Roberto Fernando da. Atividade Física Adaptada: Qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais". Barueri: Manole, 2004

DUARTE, E; LIMA, S. T. Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

FERREIRA, J. R. A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência. Piracicaba: UNIMEP, 1995.

FREITAS, S. N. Uma escola para todos: reflexões sobre a prática educativa. In: Inclusão- Revista da Educação especial – ano 2, n. 03, dezembro, 1996.

GIL. A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GORGATTI, M. G; COSTA, R.F. Atividade Física Adaptada. Barueri - Sp: Manole, 2005

GORLA, J. I. Educação Física Especial: Testes. Rolândia-Pr: Physical-Fisio, 1997.

KAUCHAKJE, S. Inclusão: uma perspectiva social e da conquista dos direitos. Mobilidade, comunicação e educação: desafios à acessibilidade. v. 1, n.3, Rio de Janeiro, agosto 2000.

LIMA, P. A. Educação Inclusiva e Igualdade Social. São Paulo: Avercamp, 2006.

MANTOAN. M. T. E. A Integração de Pessoas com Deficiência: Contribuição para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1993.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PEDRINELLI, V. J. Educação Física Adaptada: conceituação e terminologia. In: Educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: MEC; SEDES; SESI-DN, 1994. p. 7-10

PELLEGRINI, Ana Maria. A formação profissional em educação física. In: Educação física na universidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação física e desportos, 1988.

ROSADAS, S. C. de. Atividade Física Adaptada e Jogos Esportivos para o Deficiente. Eu posso. Vocês duvidam? Rio de Janeiro / São Paulo: Atheneu, 1989.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

WINNICK. J.P. Educação Física e Esportes Adaptados. 3 ed. Barueri - SP: Manole, 2004.